

→ **Quarta-feira**

TERESINA | ANO XX  
15 de julho de 2015 | Nº 8391

meionorte.com

# meionorte

criticasesuquestoes@meionorte.com

TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL

#### FECHAMENTO

22h00  
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50  
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

#### DÓLAR

Compra Venda  
Comercial 3,137 3,138  
Turismo 3,090 3,210

#### VALORES

Poupança 0,68%  
INSS 20%  
IR 15%

#### EURO

Compra Venda  
3,456 3,459

#### TEMPO

Nascente 6h02  
Poente 17h53  
Máxima 35°  
Mínima 21°



## PARCERIA – I

● O Ministério Público firmou ontem convênio com o Tribunal de Contas do Piauí – TCE-PI, com o objetivo de aprimorar o combate à corrupção no Estado. O acordo prevê ajuda do TCE para contratação e capacitação de estagiários para atuarem nas promotorias de combate à improbidade administrativa e defesa do patrimônio público em todo o Estado.

## PARCERIA – II

● O acordo, com validade de um ano, foi considerado como “um grande passo no fortalecimento das duas instituições” pelo presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Nunes. A Procuradora-Geral também se manifestou, afirmando que o convênio “é importantíssimo para o fortalecimento dos órgãos fiscalizadores, pois assim daremos suporte às promotorias tanto da capital quanto do interior e aproximaremos o Ministério Público do Tribunal de Contas em sua atuação”.



### ■ LEGISLATIVO ESTADUAL

# Plenário aprova LDO e veta aumento no repasse para Alepi

**Os deputados votaram todos os projetos pendentes. Eles decidiram que não é momento de aumentar despesas.**

**CATARINA SANTIAGO**  
REPÓRTER DE POLÍTICA

Os deputados da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi), em um esforço conjunto entre comissões permanentes e Plenário, votaram ontem todos os projetos que estavam em tramitação na Casa, inclusive a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016. No caso da LDO, foram aprovadas oito das nove emendas propostas pelos parlamentares. A emenda vetada, de autoria do deputado João Mádson (PMDB), elevava o repasse do Legislativo/Tribunal de Contas do Estado, de 3% para 4%, o que foi considerado inconstitucional, além de inoportuno.

A relatora do projeto da LDO na Assembleia Legislativa, deputada Lizié Coelho (PTB), informou ao Diário do Povo que com a votação das 23 matérias pendentes, a Casa zerou tudo que estava em tramitação e precisava ser votado. "Todas as demandas, encaminhamentos, projetos de lei que tinham que passar pelas comissões e plenário fo-



Foto: Divulgação

**COMISSÕES** da Assembleia fizeram reunião conjunta e votaram LDO e mais 22 matérias. Plenário votou também

ram votadas. Hoje (ontem) nós tivemos reunião conjunta com as comissões de Administração, Finanças e CCJ e no Plenário, nós votamos em primeira e segunda votação", disse a parlamentar.

Sobre as nove emendas feitas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, a deputada frisou que a única emenda vetada, que propunha elevação de 1% no percentual destinado ao Poder Legislativo/TCE-PI, foi considerada inconstitucional porque fere o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

"Olha, essa é uma emenda do deputado João Mádson, ele previa um aumento de 1% , sendo 0,5% para o Tribunal de Contas do Piauí e 0,5% para o poder Legislativo, mas esse aumento vai contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei determinada pela Constituição Federal e que assegura até 3% para ser distribuída entre o TCE e a Assembleia. Então, com o aumento ficaria 4% e isso é impossível na forma da lei porque é inconstitucional, então, foi vetado", explicou Lizié Coelho.

A deputada ressaltou ainda que além de inconstitucional, não é o momento de propor aumento para o Legislativo "Nós não estamos no tempo de estar pleiteando aumento, principalmente para o Legislativo", frisou a parlamentar. Para o deputado João Mádson a emenda não é inconstitucional posto que vários estados já aprovaram a medida.

Apesar da aprovação de todas os projetos ontem, a Assembleia Legislativa terá sessão normal hoje. O recesso da Casa está marcado para começar amanhã (16)

Da equipe  
jornal@portalodia.com

## A união das instituições

Ontem, durante assinatura do convênio entre o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Ministério Público Estadual (MPE), o presidente do TCE, Luciano Nunes, afirmou que a união das instituições é importante porque as fortalece e enfraquece os argumentos dos que se sentem incomodados com as ações das instituições. “Sempre que alguma instituição incomoda, a primeira coisa que o acusado faz é tentar desqualificá-la”, disse Luciano, durante a solenidade. Isso incentivou a criação de Rede de Controle, que envolve várias instituições como Polícia Federal, Ministério Público Federal, Receita Federal, Tribunais de Contas, entre outras, com o intuito de combate à corrupção. Juntas, as instituições ganham mais força ainda e, quando uma é atacada, as outras partem para defendê-la. A união faz a força.

# TCE e MPE firmam convênio para aumentar fiscalização de denúncias no interior do Piauí

**Robert Pedrosa**  
Repórter

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Ministério Público do Estado do Piauí firmaram ontem um convênio que permitirá uma maior atuação do TCE no interior do Estado. A corte de contas disponibilizará um estagiário nas principais comarcas do Piauí para auxiliar os promotores na investigação de denúncias que chegam à sede do TCE, em Teresina.

“O convênio permite uma eficiência e uma agilidade, porque se você recebe uma denúncia aqui (na sede, em Teresina), imediatamente aciona a comarca e então o promotor nos dá a consistência ou não daquela denúncia. Feito isso, nós agimos com mais agilidade e mais economicidade. Isso evita as denúncias vazias”, disse o presidente do TCE, Luciano Nunes, durante assinatura do convênio.

Com o acordo, então, o TCE só enviará audi-

tores e equipes ao interior depois que for verificada a confirmação da denúncia. Sem recursos para construir unidades do interior do Piauí, o órgão de controle precisa gastar com viagens para auditores e conselheiros. Com o convênio, as denúncias serão apuradas pelo MP com a participação de um estagiário do TCE.

“O TCE entra com equipamento e treinamento dos funcionários. Inicialmente, serão seis a oito comarcas. À medida que

as coisas foram evoluindo, os resultados sendo alcançados, vamos estender para mais unidades”, explicou Nunes.

A procuradora-geral de Justiça, Zélia Saraiva, disse que o convênio marca a união de duas instituições em torno de um bem comum – a sociedade. “Vamos atuar na defesa do patrimônio público e no combate à improbidade administrativa, que é a principal atividade das promotorias no interior”, afirmou.

## Parceria



Procuradora Geral, Zélia Saraiva, e presidente do TCE, Luciano Nunes, assinam acordo para defender patrimônio público

## Orçamento

# Alepi aprova LDO e rejeita aumento para TCE

Lei de Diretrizes Orçamentárias foi aprovada rejeitando aumento de 3% para TCE e Assembleia

**João Magalhães**  
Repórter

A Assembleia Legislativa do Piauí aprovou ontem (14) a Lei de Diretrizes Orçamentárias que vai nortear a elaboração do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2016. De acordo com a relatora da proposta, deputada Lizíê Coelho (PTB), foram acrescentadas oito emendas ao projeto original que serão levados em consideração na hora de elaborar o Orçamento Geral.

Ainda na votação, os

deputados rejeitaram uma emenda do deputado João Madson (PMDB), que aumentava os recursos para a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado de 3 para 4% da receita do tesouro estadual. Segundo Lizíê Coelho, o valor de 3% é estipulado por uma lei federal, portanto, a proposta era inconstitucional. "A lei estadual não pode ferir a uma lei federal, que diz que os repasses tem que ser 3% da receita do tesouro", explicou a parlamentar.

Entre as emendas apro-

vadas, Lizíê Coelho destacou a inclusão de dois parágrafos ao Projeto de Lei que vai dar mais condições financeiras a Coordenadoria Estadual para Mulheres e Igualdade de Gênero, além de recursos específicos para casos de calamidade pública, através da Secretaria de Defesa Civil e orçamento para atender o projeto Pelotão Mirim, entre outras.

A ODIÁ, a parlamentar informou que o Projeto aprovado não falou de valores, tendo em vista que a legislação prevista

na LDO é apenas um instrumento para balizar o orçamento geral, que deve chegar a Assembleia Legislativa em outubro deste não. "Não falamos em valores ainda. Mas a LDO é importante para embasar esses valores que vão vim com o orçamento geral", pontuou Lizíê.

A aprovação aconteceu em apreciação conjunta em reunião das comissões de Constituição e Justiça, Administração Pública e Política Social, Fiscalização e Controle e Tributação, Infraestrutura e Política Econômica.



15/07/15, 09:14

## Ministério Público e TCE assinam convênio para combater à corrupção no Piauí

Imprimir

8+1 0

Tweetar 0

Curtr

Compartilhar 0

O Ministério Público firmou convênio com o Tribunal de Contas do Piauí – TCE-PI com o objetivo de aprimorar o combate à corrupção no estado, nesta terça-feira (14). O acordo prevê ajuda do TCE para contratação e capacitação de estagiários para atuarem nas promotorias de combate à improbidade administrativa e defesa do patrimônio público em todo o estado.



O acordo, com validade um ano, foi assinado na sala da presidência do TCE, pelo presidente Luciano Nunes e a Procuradora-Geral de Justiça Zélia Saraiva, acompanhada da procuradora de Justiça e diretora do CEAF, Raquel Nomando, da promotora de Justiça e assessora especial Carmelina Moura e do coordenador de perícias e pareceres técnicos, Tércio Rauff.

#### Confira também

Ordem dos Advogados lança campanha contra corrupção no Piauí

Órgãos e estudantes encontram-se para discutir combate à corrupção

Ato público no Centro de Teresina dá início a 11ª marcha contra corrupção

Nova delegacia terá membro do TC e visa combater crimes de corrupção

O presidente do TCE, Luciano Nunes, falou sobre a importância desse acordo: "A gente está dando um grande passo com esse convênio no fortalecimento das duas instituições".



Já procuradora-Geral também se manifestou dizendo que é importante para as instituições. "É importantíssimo para o fortalecimento dos órgãos fiscalizadores, pois assim daremos suporte às promotorias tanto da capital quanto do interior e aproximaremos o Ministério Público do Tribunal de Contas em sua atuação".



## Alepi aprova LDO 2016

14/07/2015 • 16:29

Notícia



### Da Redação do Portal AZ

Foi aprovada, nesta terça-feira (14), na Assembleia Legislativa do Piauí, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2016 em primeira e segunda votação pelo plenário da Casa.

Entre as diretrizes estabelecidas na LDO estão as metas e prioridades da administração pública estadual, a estrutura e a organização dos orçamentos, as diretrizes para elaboração e execução do Estado, as disposições para limitação de empenho, política de pessoal, transferências voluntárias e alterações na legislação tributária.



A LDO estabelece os gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes; investimentos, inversões financeiras, amortização de dívidas (despesas de capital).

O parlamento também aprovou Projetos de Lei que dispõem sobre o atendimento diferenciado para portadores de Diabetes na Rede Estadual de Saúde; a inclusão da Língua brasileira de Sinais – LIBRA nas escolas estaduais; a obrigatoriedade o Teste do Coraçõzinho – oximetria de pulso em crianças após o nascimento nas maternidades e hospitais do Estado; sobre objetivos e diretrizes para o compartilhamento de informações de identificação civil entre órgãos da administração direta e indireta do Estado; a criação no âmbito da Assembleia do estado da Frente Parlamentar do Matopiba, entre outros.



Política

## Comissão da Assembleia aprova LDO e veta emenda do deputado João Madison

Deputados fazem esforço concentrado para aprovar todas as matérias antes do recesso parlamentar. O texto da LDO segue agora para o plenário

Repórter: Lídia Brito

14/07/2015 12h13 - Atualizado em 14/07/2015 13h05



A Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa aprovou a proposta do governo da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Durante as discussões sobre a matéria, os parlamentares rejeitaram emenda do deputado de oposição, João Madison (PMDB).



LDO segue para votação no plenário Foto: Ascom/Alepi



A proposta do parlamentar tratava sobre os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com a emenda, haveria aumento para a Assembleia Legislativa do Piauí e o Tribunal de Contas do Estado (TCE). **O governo e os parlamentares da base se manifestaram de forma contrária.**

Os deputados fazem esforço concentrado para aprovar todas as matérias antes do recesso parlamentar. O texto da LDO segue agora para o plenário. Os deputados deverão entrar de recesso na próxima semana. O retorno ocorre no início do mês de agosto.

#### **METAS**

A lei estabelece as metas fiscais e prevê uma receita total de R\$9 bilhões calculada com base na previsão do crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,01% e Índice de Preço ao Consumidor Acumulado (IPCA) de 5,6%. Segundo a mensagem, a LDO tem por objetivo orientar e regular o processo de elaboração do Orçamento Geral do Estado de 2016, que será enviado aos deputados no segundo semestre deste ano.

Entre as diretrizes estabelecidas na LDO estão as metas e prioridades da administração pública estadual, a estrutura e a organização dos orçamentos, as diretrizes para elaboração e execução do Estado, as disposições para limitação de empenho, política de pessoal, transferências voluntárias e alterações na legislação tributária.